

Roteiro para renegociar a dívida

10 SET 1984

GAZETA MERCANTIL

Ext

por Cláudia Safatle
de Brasília

O Brasil poderá renegociar sua dívida externa de 1985 a 1990 — como fez o México — se conseguir obter na mesa de negociação com os banqueiros internacionais condições bastante favoráveis em relação aos outros acordos feitos nos dois últimos anos, tais como um prazo de doze a catorze anos e carência de cinco a seis anos, além da eliminação das comissões e uma substancial redução dos "spreads", taxa de risco cobrada pelo credor.

Razoável seria que o "spread" cobrado acima da taxa de juros ficasse na faixa de 1%, em comparação com 2% sobre a taxa interbancária de Londres (Libor) e com 2,125% sobre a "prime-rate" (taxa dos bancos norte-americanos para clientes preferenciais), que prevaleceu no último acordo.

Estas seriam algumas das reivindicações preliminares, alinhavadas pelo ministro da Fazenda, Er-

nane Galvão, a este jornal. O governo, porém, não pretende pedir aos banqueiros internacionais nenhuma medida que "não tenha um firme suporte na realidade do mercado" e, para isso, somente listará formalmente as suas pretensões após ouvir os credores, durante os encontros que terá paralelamente à reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir do dia 24 de setembro.

"Nesta ocasião, poderemos sentir o clima", observa Galvão, lembrando que antes desse evento acontecerá em Mar del Plata (na Argentina) a reunião dos principais devedores latino-americanos, onde se buscará "um posicionamento político em relação a dois temas: a dívida externa e o comércio mundial".

Somente no final de outubro é que o governo brasileiro, através de seus negociadores, se reunirá em Nova York com o comitê de assessoramento da dívida externa brasileira para se

informar "sobre qual o modelo de renegociação que está prevalecendo e qual é o ambiente".

Na ocasião, mostrará aos principais credores o desempenho da economia brasileira, tendo como maior poder de barganha o montante de dólares em caixa, estimado em cerca de US\$ 6 bilhões para este ano, cifra que cai para US\$ 2,5 bilhões, segundo projeção oficial, se considerada a reserva cambial líquida no conceito do FMI (ver matéria ao lado), e sobe para algo próximo a US\$ 10 bilhões, conforme o ministro da Fazenda, se considerado o antigo conceito de reservas brutas utilizado pelo Brasil.

Nesta reunião, que se repetirá no início de novembro para "entrarmos efetivamente na negociação", Galvão indicará aos bancos internacionais o montante de dinheiro novo de que o País necessitará para cobrir o balanço de pagamentos do próximo ano. Os primeiros cálculos indicam algo em torno de US\$ 3 bilhões.

O ministro da Fazenda, porém, prefere manter uma certa dose de cautela

Roteiro para renegociar...

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

desse mecanismo de automatização na programação dos pagamentos de juros implicariam problemas legais, além de representar uma perda da dedução do Imposto de Renda a que o banco tem direito. O ministro da Fazenda admite que "se abre uma hipótese" de fazer uma renegociação diferenciada, regional, mas pondera que isso ainda não foi discutido.

De antemão, Galvão entende que não seria "necessário" renegociar o estoque da dívida externa, como ocorreu com o México.

para dimensionar tal cenário, lembrando que tudo dependerá fundamentalmente do comportamento das exportações brasileiras no próximo ano e das taxas de juros do mercado. Como a previsão é de que a economia norte-americana cresça modestos 2,5% em 1985, em comparação com 7% neste ano, é de esperar uma redução das vendas brasileiras para aquele mercado.

Além da possível negociação plurianual, o ministro espera também que a capitalização dos juros possa ser introduzida como um ingrediente novo da fase 3. Este mecanismo de capitalização dos juros foi tentado pelo Brasil em 1982, quando o então presidente do Banco Central (BC), Carlos Geraldo Langoni, e o diretor da Área Externa do BC, José Carlos Madeira Serrano, tiveram uma recomendação por escrito dos ministros da área econômica para insistir nesse ponto. O mercado financeiro não aceitou.

Os bancos europeus estão, hoje, mais receptivos à capitalização dos juros, enquanto para os credores norte-americanos a aplicação

A preocupação central é, segundo ele, não deixar que novos pagamentos caiam sobre os anos de 1987 e 1989, quando os compromissos externos são mais pesados. Segundo dados do Banco Central, em 1986, as amortizações totalizariam US\$ 12,7 bilhões, subindo para US\$ 12,9 bilhões no ano seguinte e diminuindo para US\$ 12,1 bilhões em 1988; já em 1989, as amortizações cairiam para US\$ 9,7 bilhões e para US\$ 6,4 bilhões em 1990. Por isso é necessário obter, entre outros pontos, um bom prazo de carência.

Outro complicador que poderia surgir em sua opinião é de negociar um pacote plurianual com "spreads" preestabelecidos. O ideal seria poder manter essa taxa de risco para ser fixada ano a ano, na perspectiva de vir obtendo ganhos sucessivos.

Por enquanto, "estamos acumulando propostas", e nessa direção as sugestões do grupo "Swiss and Hoc Group on International Debt Problems", um grupo suíço integrado por seis bancos e nove empresas do porte da Nestlé e Brown Boveri, na opinião do mi-

nistro da Fazenda, não trazem novidades substantivas.

Segundo um documento elaborado por esse grupo, algumas sugestões deveriam ser aplicadas pelos bancos credores, na linha de abrandamento das condições impostas aos países do Terceiro Mundo.

Entre elas estão: 1) a conversão dos débitos em dólares por moedas cujos juros são mais baixos, como o franco suíço; 2) a capitalização dos juros por três a quatro anos; e 3) conversão de parte da dívida em capital de risco.

Para Galvão, a primeira das propostas, a conversão da dívida em outras moedas, representa um sério risco. Hoje, na verdade, o franco suíço tem juros de 6,5% ao ano (nos últimos dias os juros estavam em torno de 5%), mas nada garante que essa moeda não sofrerá valorização em relação ao dólar nos próximos anos. "Se ele valorizar 30%, a nossa dívida cresce 30%", observa Galvão. As demais sugestões não ofereceriam maiores novidades. O ministro garantiu,

Eximbank pode renovar linha

O Export-Import Bank (Eximbank) norte-americano espera que a linha de crédito comercial garantida de US\$ 1,5 bilhão fornecida ao Brasil neste ano será renovada quando vencer, em março próximo, afirmou seu presidente, William Draper.

"Certamente vamos examiná-la no começo do próximo ano e verificar o que será necessário", disse Draper à Câmara Americano-Brasileira de Comércio, em Nova York.

O dinheiro faz parte dos créditos de exportação de US\$ 2,5 bilhões que os governos ocidentais afirmaram que ofereceriam como um componente chave do pacote de crédito de 1984 de US\$ 28 bilhões para o Brasil. (Reuters)

porém, que desconhece o documento dos suíços, mas está disposto a analisar quaisquer alternativas, desde que "não sejam utópicas".